PROCESSO ADMINISTRATIVO №. 049/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 031/2022

<u>OBJETO:</u> AQUISIÇÃO DE MATERIAL COM MÃO DE OBRA, PARA A INSTALAÇÃO DE 15M DE GUARDA CORPO EM AÇO INOX, EM RAMPAS DOS CORREDORES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL BARRA FUNDA.

CONTRATADA: BARRINOX LTDA CNPJ №: 04.716.397/0001-73

ENDEREÇO: Avenida 24 de Março, 1355, Bairro Centro, em Barra Funda/RS, CEP: 99.585-000.

VALOR: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo a aquisição de material com mão de obra, para a instalação de 15m de guarda corpo em aço inox, em rampas dos corredores da Escola de Ensino Fundamental Barra Funda.

A empresa deverá fornecer:

- 15 metros de tubo em aço inox AISI 304 de 2 polegadas, parede de 2mm de espessura, com custo de R\$ 3.600,00;
- Mão de obra para a instalação de guarda corpo em inox, nas quatro rampas dos corredores da Escola de Ensino Fundamental Barra Funda, com custo de R\$ 2.600,00.

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

"XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

A Dispensa de Licitação para a aquisição de material com mão de obra, para a instalação de 15m de guarda corpo em aço inox, em rampas dos corredores da Escola de Ensino Fundamental Barra Funda, encontra amparo legal no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93.

FUNDAMENTO LEGAL:

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II (R\$ 17.600,00 - alterado pelo Decreto 9.412/2018) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236) 1

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

RAZOES:

DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

Paragrafo Único:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante.

A escolha desta Administração Municipal para a aquisição da empresa **BARRINOX LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, foi porque a mesma apresentou o menor valor nos Orçamentos realizados.

DO PREÇO:

¹ JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10ª ed. São Paulo: Dialética, 2004.



Lei 8.666/93. Art. 26.....

III - justificativa do preço

-Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a aquisição sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

Justificamos o pedido pela necessidade de adequar as rampas dos corredores da Escola de Ensino Fundamental Barra Funda, visando trazer mais segurança aos alunos e professores que por ali transitam.

BARRA FUNDA/RS, 05 DE ABRIL DE 2022.

MÁRCIA LUDWIG HENIKA, Setor de Compras/Licitações



PROCESSO ADMINISTRATIVO №. 049/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 031/2022

<u>OBJETO:</u> AQUISIÇÃO DE MATERIAL COM MÃO DE OBRA, PARA A INSTALAÇÃO DE 15M DE GUARDA CORPO EM AÇO INOX, EM RAMPAS DOS CORREDORES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL BARRA FUNDA.

CONTRATADA: BARRINOX LTDA CNPJ Nº: 04.716.397/0001-73

ENDEREÇO: Avenida 24 de Março, 1355, Bairro Centro, em Barra Funda/RS, CEP: 99.585-000.

VALOR: R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

À vista de exposição do responsável pela solicitação, referente a realização da despesa independente
de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21
de junho de 1993 e posteriores alterações:
(X) Homologo a aquicição

() Indefiro a realização da despesa.	
	BARRA FUNDA/RS, 05 DE ABRIL DE 2022.
MARCOS ANDRÉ DIAIA	

PREFEITO MUNICIPAL



PROCESSO ADMINISTRATIVO №. 044/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 027/2022

PARECER

Entendo sob as penas da Lei, que o Edital do Processo Administrativo de Contratação em
epígrafe, atendeu a todas as formalidades legais constantes na legislação em vigor em especial a Le
Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

	BARRA FUNDA/RS, 05 DE ABRIL DE 2022
ASSESSORIA JURÍDICA	



PROCESSO ADMINISTRATIVO №. 049/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 031/2022

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, amparado no parecer exarado pela assessoria jurídica, resolve:

- 1. Autorizar a contratação nos seguintes termos:
- a) Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inc. II da Lei nº. 8.666/93.
- b) Objetivo: AQUISIÇÃO DE MATERIAL COM MÃO DE OBRA, PARA A INSTALAÇÃO DE 15M DE GUARDA CORPO EM AÇO INOX, EM RAMPAS DOS CORREDORES DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL BARRA FUNDA.
- 2. Autorizar o Empenho das despesas resultantes da presente contratação na seguinte dotação orçamentária:

0601 12 361 0067 2016 339030 00000000 0020 0601 12 361 0067 2016 339039 00000000 0020

Por fim, que seja encaminhado ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta de contrato.

BARRA FUNDA/RS, 05 DE ABRIL DE 2022.

MARCOS ANDRÉ PIAIA,
PREFEITO MUNICIPAL